

ASSÉDIO MORAL: DIGA NÃO



Mobilização na Probank exige o fim das humilhações





Nossa causa é justa

As últimas iniciativas do Sindicato têm demonstrado a constante luta por melhores condições para os trabalhadores. Mas essa não é uma mobilização aleatória e indiscriminada. Possuímos, acima de tudo, bases filosóficas, sociais e, principalmente, jurídicas que guiam nossas ações. Em declaração recente, o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, alertou: "Há um sentimento generalizado de que todo trabalhador é inimigo". Durante a greve da Probank, a primeira a lutar contra o assédio moral, sequer pudemos entrar no local de trabalho dos funcionários.

O tratamento dado pela direção do Banco do Brasil aos empregados terceirizados que trabalham no subsolo do Edifício Sede I mostra o desrespeito da empresa com o trabalhador. A poucos metros do Ministério do Trabalho e Emprego acontecem cenas que burlam as leis trabalhistas.

De fato existe uma visão equivocada sobre a atuação dos Sindicatos. Há uma marginalização das atividades, que buscam essencialmente legitimar direitos. Boas condições de trabalho não podem significar atraso. Vivemos em um regime democrático em que o respeito à legislação trabalhista é condição para o desenvolvimento do país.

Como a justiça pode ignorar a situação de quem trabalha sem descanso, mal remunerado, em condições precárias e sofrendo constantes humilhações? A luta não é entre o empregador, onipotente, e o trabalhador, o inimigo do desenvolvimento. Na greve da Probank, graças à mobilização promovida pelo Sindicato, mostramos essa situação absurda. O SINDPD continuará cobrando a aplicação das leis, mas cabe ao Judiciário desempenhar esse trabalho.

Queremos produzir e contribuir para melhorar as condições da sociedade em geral, mas sem respeito às leis trabalhistas, que já são por demais amenas, isso é impossível. Continuaremos na luta incessante por condições dignas de trabalho e, sobretudo, não deixaremos que direitos conquistados por meio de anos de mobilização sejam perdidos e impraticados.

Estamos sempre abertos a negociações e conversas. O objetivo é promover condições justas de produção. Jamais ficaríamos alheios às injustiças que os trabalhadores da Probank sofrem. Não estamos sozinhos nessa luta, o Sindicato dos Bancários nos apóia, assim como parlamentares e outras entidades. Estou certo que unidos poderemos acabar com as condições de trabalho degradantes desses funcionários e de outros. A mobilização do Sindicato é uma boa oportunidade para os poderes Legislativo e Judiciário colocarem em pauta e tomar uma atitude enérgica sobre um assunto ainda pouco discutido: a violência moral no trabalho.

Djalma Ferreira
Presidente do SINDPD-DF

expediente

Sindpd-DF

SDS Ed. Venâncio V - Loja 04 Térreo
CEP: 70393-900 Brasília-DF
(61) 3225-8029 Fax: (61) 3226-4339
sindicato@sindpd-df.org.br
www.sindpd-df.org.br

Diretoria Executiva

Djalma Ferreira
Presidente
Cristiane Albuquerque
Secretária-geral
Marcelo Luiz de Barros
Diretor Administrativo e Financeiro
Edson Simões Corrêa
Diretor de Divulgação e Imprensa
Regina Ferreira dos Santos
Diretor de Saúde e Condições de Trabalho
Edilberto da Silva Lessa
Diretor de Informática e Assuntos Profissionais
João Batista Barros
Diretor de Formação Política e Profissional
Luiz Carlos Simion
Diretor de Relações Sindicais
Avel de Alencar
Diretor de Assuntos Jurídicos

Diretoria Plena

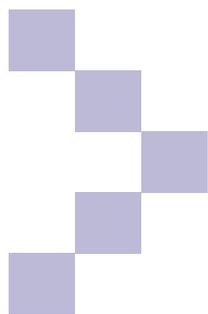
Albenes Francisco Souza – Serpro
Denilson Ivaldo Silveira Santos – Serpro
Fernando César Botaro Freneda – Politec
Inocência de Souza Pereira – Politec
Jandson dos Santos Silva – CTIS
Leonardo Felix dos Santos Dias – Politec
Rodrigo César Santos Felisdorio – Politec
Rosânia Guerra Chaves – CTIS
Soraya Silva – CTIS

Conselho Fiscal

Eudes Rodrigues da Silva – Dataprev
Conselho Fiscal Titular
José Antonio Maria Gonçalves – Politec
Conselho Fiscal Titular
Paulo Roberto Ferreira Passos – Serpro
Conselho Fiscal Titular
Gicelma Cristina Silva Santos – CTIS
Conselho Fiscal Suplente
Randerson Rodrigues Cirqueira – Capital
Conselho Fiscal Suplente
Elenice Nunes de Paula Cardoso – Dataprev
Conselho Fiscal Suplente



ED Comunicação LTDA
SIA Qd. 4 C - Lt 51 - Sala 211
Ed. SIA Center II (61) 3233-0463
Editora: Elizangela Dezincourt - 1222/PA
Diagramação e textos:
Camila Jungles
Ludmilla Mesquita
Impressão: G3 Gráfica
Tiragem: 6 mil exemplares



Trabalhador exige RESPEITO

O SINDPD promoveu a primeira paralisação no Distrito Federal contra o assédio moral. A greve dos empregados da Probank destacou-se pela luta contra a situação humilhante vivenciada na empresa. A **deputada distrital Érika Kokay (PT)**, que apóia o movimento e esteve presente nos piquetes e reuniões, fala sobre o assédio moral.

Qual a importância da realização da primeira paralisação contra o assédio moral no DF?

A Probank não promove apenas o assédio moral. Existe uma série de desrespeitos ao trabalhador da empresa. Adolescentes trabalham sem qualquer tipo de respeito à legislação, trabalhadores sem registro atuam em área de segurança máxima, entre outros problemas. Na empresa existe um mecanismo de anular o trabalhador. Infelizmente, no Banco do Brasil, uma instituição com 200 anos, maior banco público do país, a legislação não chegou ao subsolo. Cada vez mais os direitos da sociedade são negados. Se não lutarmos, vamos perder nossos espaços.

A conscientização é determinante para que funcionários não sofram com condições humilhantes no trabalho? Caso ocorra, como estimular o trabalhador a buscar seus direitos e denunciar?

Vários sindicatos têm a definição clara do que é assédio moral. O reconhecimento das situações, entretanto, é difícil de atestar. A melhor definição para o assédio moral é quando atitudes anulam a pessoa, sujeito de sua própria história. Por isso, é necessário dar mais visibilidade à situação. O SINDPD-DF e o Sindicato dos Bancários têm sido pioneiros nessa discussão. Foram os primeiros a chamar o debate sobre a saúde do trabalhador. É preciso conscientizar os trabalhadores sobre o assédio. Além disso, precisamos de uma legislação para punir assediadores e

defender quem sofre com esse problema.

Qual a melhor forma de combater esse problema? Como empregado e empregador devem se posicionar diante dessa questão?

Deveremos ter normas, assim como temos com a saúde do trabalhador. Temos que agir com prevenção, conscientização e organização. Temos que construir comitês como as Cipas (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Os trabalhadores precisam de mecanismos como este. Ouvidorias também seriam necessárias para o empregado se sentir seguro.

A paralisação foi uma iniciativa do SINDPD-DF. A atuação de Sindicatos é determinante para a melhoria das condições de trabalho?

A atuação do sindicato é fundamental e deve ir além dos contracheques. Muitos chefes colocam metas inatingíveis para seus funcionários. O SINDPD é pioneiro nessa questão. Vivemos em um momento de concorrência selvagem, onde muitas vezes o assédio moral é institucionalizado por conta da disputa comercial. Por conta disso, não apenas o chefe, mas o local é assediador.

Que medidas governamentais contribuiriam para acabar com o assé-



dio moral no trabalho?

Precisamos de legislação. O Ministério do Trabalho e Emprego deve elaborar normas que acabem ou minimizem a situação. O Ministério Público do Trabalho tem caminhado bem nesse assunto, elaborando cartilhas e conscientizando os empregados. Vejo muita importância na atuação do SINDPD, que reage e não permite que os problemas aconteçam.

Existe algum projeto de lei distrital que tenha o objetivo de proteger o funcionário contra o assédio moral?

Existe uma lei distrital, de autoria da ex-deputada Lúcia Carvalho, que tem dificuldade de ser implantada por falta de uma legislação federal. É a lei Nº 2.949, de 19 de abril de 2002.

LUTA



ASSÉDIO MORAL: DIGA NÃO

Sempre presente nas lutas, conquistas e vitórias dos trabalhadores, o SINDPD, em uma ação pioneira no Distrito Federal, liderou a mobilização pelo fim da violência moral no trabalho. A iniciativa pioneira aconteceu durante a greve dos trabalhadores da Probank, de 7 a 9 de abril, no Edifício Sede do Banco do Brasil, localizado no Setor Bancário Sul.

Na manifestação, os funcionários também reivindicavam melhores condições de trabalho, equiparação salarial para os que desenvolvem a mesma função, pagamento do anuênio e cumprimento da Convenção Coletiva da categoria. A mobilização só foi finalizada com a assinatura de um "Termo de Ajuste de Conduta" com a Probank (empresa terceirizada da Cobra Tecnologia), que assumiu compromisso de solucionar os problemas em um prazo máximo de 30 dias. O tempo determinado expirou, o acordo não foi cumprido e as negociações foram suspensas. Devido ao fato, o Sindicato entrou com ações na Justiça.

A greve trouxe à tona o que

muitos querem esconder. Na Probank, para iniciar a jornada de trabalho todos devem passar por uma inspeção rigorosa. "Vivenciamos muitas situações de desrespeito. Nosso uni-

"Vivenciamos muitas situações de desrespeito na Probank. Algumas que caracterizam assédio moral"

**Maria Elizabete*,
empregada da Probank**

forme é fechado nas costas e sem nenhum bolso, o que nos obriga a pedir ajuda das colegas para abri-lo ou fechá-lo, até mesmo quando vamos ao banheiro. A justificativa da empresa é que isso é uma medida de segurança para evitar o roubo de dinheiro. É contraditório, pois para nossa admissão foram exigidos tantos documentos, inclusive Nada Consta", relata a funcionária Maria Elizabete*.

De acordo com o presidente do SINDPD-DF, Djalma Ferreira, o Sindicato encontrou dificuldades ao tentar averiguar as condições de trabalho dos funcionários. "Logo que fomos acionados pelos trabalhadores, tentamos apurar as denúncias. Digo tentamos, porque fomos impedidos de entrar na empresa. Entretanto, tivemos o apoio do Sindicato dos Bancários, que também recebeu os protestos de assédio moral. A luta deles também é a nossa luta", destaca Djalma.

Desrespeito

As irregularidades da Probank atingiram a todos. Nos dias da paralisação foram contratados funcionários sem vínculo empregatício para realizar o trabalho de processamento de envelopes. Mesmo com os "freelas", o Banco do Brasil foi prejudicado. Deixou de compensar cerca de R\$ 25 milhões.

O Sindicato constatou inúmeras anormalidades praticadas pela Probank. Muitos trabalhavam além do horário permitido, e essas horas excedentes não eram

pagas. Verificou-se também que os empregadores pagavam salários inferiores ao mínimo, desrespeitando uma determinação constitucional. “Em média trabalhamos 12 horas por dia e ganhamos um salário de R\$ 247. Não temos direito à hora-extra, adicional noturno e nem descanso entre os turnos. Trabalhamos em uma área de contabilidade de cheques e dinheiro vindos de 62 agências do Banco do Brasil. Aqui não há máquinas para contagem e tudo é feito manualmente. Nossa situação é humilhante”, desabafa Maria Elizabete.

Infelizmente no Brasil o assédio moral no trabalho ainda é visto como um tabu. O ambiente hostil, gerado por superiores ou pelos próprios colegas, muitas vezes faz com que o trabalhador desista do emprego, sem se quer saber que possui seus direitos. São humilhações e constrangimentos constantes que podem, inclusive, causar danos irreversíveis à saúde.

No entanto, a justiça será feita. Klaus Stenius Bezerra, advogado do Sindicato, garante que todas as denúncias foram encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho. “Inicialmente iríamos entrar com uma ação conjunta por assédio mo-

Perseguição

Dos funcionários que participaram da greve, dois foram exonerados da empresa. Em solidariedade aos colegas, 31 pediram demissão. “Estamos tomando as medidas judiciais cabíveis para que esses trabalhadores não sejam ainda mais prejudicados”, explica Klaus Stenius Bezerra, advogado do SINDPD. A maior dificuldade em processos que envolvem assédio moral é para se obter provas. Contudo, segundo o advogado do Sindicato, a Probank, ao exonerar os trabalhadores, comprova a perseguição. Além disso, existem fotografias dos uniformes dos trabalhadores, que vão testemunhar.

ral pedindo uma indenização por danos morais. Mas, como são casos extremamente particulares, recolhemos os documentos dos filiados e já procedemos a entrada de ações individualizadas”, explica Bezerra.

Demissões

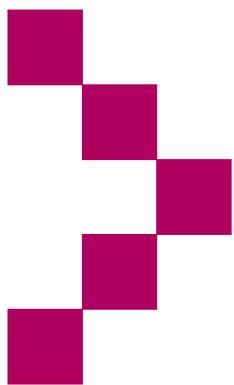
A maior dificuldade em processos que envolvem assédio moral é a obtenção de provas. Porém, dos funcionários que participaram da greve, dois já foram exonerados

da empresa. Fato este que, segundo Klaus, comprova a perseguição. Além disso, existem fotografias dos uniformes dos trabalhadores, e os mesmos serão chamados para depor como testemunhas. “Estamos tomando as medidas judiciais cabíveis para que ninguém seja ainda mais prejudicado”, finaliza o advogado.

* Maria Elizabete é um nome fictício para preservar a identidade da empregada da Probank.

A greve em imagens





Aprovada

Lei de reconhecimento das centrais sindicais

O projeto de lei 1990/07, que reconhece as centrais sindicais de trabalhadores foi aprovado no dia 11 de março após votação tensa. O texto já havia passado pelo Senado, e na Câmara foi aceito pelos parlamentares com 234 votos a favor, 171 contra e seis abstenções.

Em outubro de 2007, na primeira tentativa de tramitação na Câmara, uma emenda ao pro-

jeto, apresentada pelo deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), retirou o imposto sindical das entidades trabalhadoras, contudo, transferiu a verba para as representações empresarias e ainda não especificou outra alternativa de financiamento para as entidades sindicais.

Logo após a votação, em nota distribuída à imprensa, o presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT e a secretária nacional de Organização,

Denise Motta Dau, destacavam a urgência da extinção do imposto sindical. “As centrais sindicais de trabalhadores conquistam, finalmente, o reconhecimento legal. Agora, o desafio mais urgente é o fim do imposto sindical. Desde o início de nossa história de 25 anos, sempre defendemos este princípio, sendo que importantes sindicatos de nossa base conquistaram tal avanço a despeito da legislação”, trecho do documento.

Novo plano odontológico

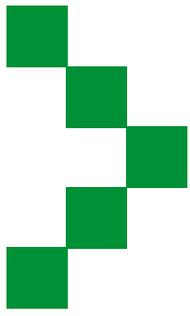
A direção do SINDPD assinou convênio com a OdontoGroup para oferecer aos associados novo plano odontológico. A rede escolhida é credenciada no Distrito Federal e em outros Estados. O Sindicato optou por um plano com mais serviços e uma rede de atendimento ampliada. Serão mantidos os valores praticados no antigo plano, assim como o desconto em folha de pagamento. Para adesão ao convênio é necessário que o trabalhador seja filiado ao Sindicato.

A adesão ao plano odontológico pode ser feita com Eloísa, no SINDPD-DF, telefone 3225-8089, em horário comercial. Para os que já aderiram ao plano, o Sindicato começou a entrega das carteiras nas empresas. O associado que não receber o documento deve entrar em contato com o SINDPD.

Mais informações: OdontoGroup - www.odontogroup.com.br

Crédito Habitacional

No dia 17 de março, a Central Única dos Trabalhadores – CUT e a Caixa Econômica Federal firmaram convênio para disponibilizar crédito de habitação popular. Com isso, serão beneficiados todos os associados de sindicatos filiados à CUT. A iniciativa, apoiada pelo SINDPD-DF, proporcionará linhas de crédito habitacional aos empregados dos setores públicos e privados. De acordo com estimativas da CUT, pelo menos 977 mil sindicalizados poderão utilizar o financiamento para comprar a casa própria. Os associados do SINDPD também serão beneficiados. A direção do Sindicato acompanha as negociações com a Caixa para saber quando os empréstimos serão liberados e quais as exigências.



SINDPD segue firme nas negociações

Dataprev

No dia 23 de abril, foi realizada em Brasília a reunião em que foi assinado Termo de Garantia da Data-Base dos Trabalhadores para o exercício de 2008/2009. Na mesma ocasião, foi ratificada a validade do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2007/2008 até que seja assinado o acordo referente à Campanha Salarial de 2008/2009.

No final de março, a pauta de reivindicações foi consolidada durante Plenária Nacional de Campanha Salarial e o documento entregue à Dataprev. As discussões da campanha salarial começaram no dia 7 de maio com a primeira mesa da Dataprev. Foram discutidas diversas cláusulas do acordo, entre os avanços na negociação destaca-se a aprovação da cláusula que prevê 180 dias de licença maternidade. Contudo, após 37 dias do protocolamento das reivindicações 2008/2009, a empresa não apresentou qualquer contraproposta para as cláusulas econômicas.

PLR - A forma de divisão da Participação nos Lucros e Resultados foi decidida em assembleia, realizada no dia 25 de abril. A proposta escolhida pelos trabalhadores, e também defendida pelo Sindicato, é pela distribuição dos lucros de forma igualitária entre todos os empregados, independentemente de função.

Infelizmente e após muito tempo estamos vivenciando

na Dataprev do Distrito Federal um clima de apreensão. Recebemos denúncias de ASSÉDIO MORAL e CONSTRANGIMENTO de trabalhadores com promessas até mesmo de demissão. É inadmissível que este fantasma que assustou por vários anos os trabalhadores esteja voltando dentro de um governo que é dos trabalhadores. Devido a coação, estes trabalhadores se negam a registrar as denúncias, porém estamos de olho nestes dirigentes que se aproveitam de seus cargos para intimidar seus funcionários

Serpro

As negociações da campanha salarial continuam. As cláusulas referentes às questões sociais foram discutidas e aprovadas. Contudo, os ajustes econômicos serão debatidos em reunião marcada para o mês de maio. "Esperamos a discussão sobre o reajuste, que é uma das cláusulas mais importantes do acordo", afirma Djalma Ferreira.

Assembleia das Particulares

Em Assembleia Geral e Extraordinária, realizada dia 21 de maio pelo SINDPD-DF, os trabalhadores aprovaram a pauta das reivindicações 2008/2009, que já foi entregue ao Sindicato Patronal no dia 26 de maio.

boca no trombone

O SINDPD-DF está de olho nestas empresas e já tomou as providências necessárias para a regularização. Primeiramente, é solicitada fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho e denúncia ao Ministério Público. O departamento jurídico do Sindicato acompanha as ações e os resultados serão publicados nas próximas edições do DF Dados. Trabalhadores, fiquem de olho, é muito importante a denúncia para a atuação do Sindicato.

Empresa: Word Service Tecnologia Ltda

Denúncia: Desrespeito ao Anexo II da NR 17 que dispõe sobre os intervalos para operadores de telemarketing. Exigência de dobrar a jornada de trabalho, compensação dos intervalos após o fim da jornada, constrangimento e assédio moral.

Empresa: M2SYS Tecnologia e Serviços

Denúncia: Condições impróprias de trabalho em ambiente de confinamento, falta de quadro de avisos, intervalos inadequados, contratação de freelancers, constrangimento e assédio moral

Empresa: Global Soluções em Conectividade Ltda

Denúncia: Trabalhadores sem carteira assinada, não recolhimento de FGTS, não pagamento de horas-extras, obrigatoriedade de trabalho nos finais de semana com ameaça de demissão, constrangimento e assédio moral.

CURSO INÉDITO

Formação de Analista de Testes

O sucesso do Workshop Testing Automation in the Real World, com o professor Paulo Boschetti, promovido em 2007 pela Escola de Formação dos Trabalhadores em Informática – EFTI chamou tanto a atenção dos profissionais de Brasília, que a direção decidiu investir na criação do curso de Formação de Analista de Testes.

No curso, os alunos aprenderão a conhecer o negócio que irão trabalhar e a desenvolver o pensamento sistêmico, domínio de técnicas e ferramentas,

e a visão pragmática da tecnologia. Dominar essas competências são requisitos fundamentais para o analista de testes.

A EFTI aguarda a manifestação dos interessados, para de imediato abrir turmas. O curso é voltado para gestores e profissionais de tecnologia da informação, coordenadores e líderes de projetos, analistas de sistemas e negócios, arquitetos de teste, analistas de processos, testadores e consultores. Serão ministradas aulas interativas com a apresentação de exemplos e discussão de situações práticas. Informações: (61) 3468-6006.

Cursos 100% gratuitos

Filiados ao Sindicato e seus dependentes já podem efetuar sua inscrição nos cursos de qualificação profissional da Escola de Formação de Trabalhadores em Informática – EFTI. As aulas começam em maio e serão ministradas nos turnos matutino e vespertino. A carga horária dos cursos é de 20h, com exceção do de Operador de Micro que totaliza 40h. Os cursos são inteiramente gratuitos, inclusive o material didático. Essa é uma oportunidade exclusiva para os filiados ao SINDPD e seus dependentes. Inscrições e informações: 3468-6006, com Rose na EFTI / 3225-8029 / 3225-8089, com Edson ou João no Sindicato. Mais informações nos sites: www.efti.com.br e www.sindpd-df.org.br

Fatep. A tecnologia que te leva ao topo do mundo.

Vestibular 2008



10 Razões para estudar na Fatep

- ✦ Única faculdade especializada em tecnologia do DF
- ✦ Graduação de curta duração: 2 anos e meio
- ✦ Corpo docente qualificado
- ✦ Preparação para as principais certificações exigidas pelo mercado de TI
- ✦ Formação complementar na própria instituição
- ✦ Convênios com empresas e associações
- ✦ Proximidade da Cidade Digital
- ✦ Pós-graduações em Tecnologia
- ✦ Cursos de extensão e disciplinas à distância
- ✦ Infra-estrutura ampla e de qualidade

www.fatepdf.edu.br
(61) 3468-6006

Inscrições abertas.

Novos cursos:

Desenvolvimento de Jogos Digitais
Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Tecnologia em Redes de Computadores

Cursos superiores em 2 anos e meio.

Desconto de 20% nos
cursos matutinos.



FATEP
FACULDADE DE TECNOLOGIA PAULO FREIRE